

AO  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
DIRETORIA TÉCNICO-CIENTÍFICA - DITEC/PF  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08059.000507/2023-02)

### ESCLARECIMENTOS

Ilmo. Sr. Pregoeiro,

A Lanlink Serviços de Informática S/A. vem, respeitosamente, formular esclarecimentos relativos ao referido **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2024**.

1. Entendemos que é obrigatório a substituição por ferista em caso de férias de colaboradores. Está correto nosso entendimento? Caso contrário, solicitamos a gentileza de esclarecer.

2. Da utilização de Convenções Coletivas – CCT

Entendemos que, existindo sindicato laboral para a categoria de profissionais utilizados nesse edital no estado do Distrito Federal, com convenção coletiva válida, é obrigatório as licitantes utilizarem em suas precificações as convenções dos sindicatos se adequem a suas atividades no estado do Distrito Federal. **Está correto o nosso entendimento?** Caso contrário, solicitamos a gentileza de esclarecer.

3. No termo de referência é dito conforme abaixo:

#### **“9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

*9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; **ou poderão ser repactuados**, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.”*

Considerando que o Estado não deve ser onerado por algo futuro, que pode até não ser concretizado na data prevista e ainda que é importante a garantia salarial dos profissionais, entendemos que as Licitantes devem precificar seus custos com base última CCT vigente, conforme abaixo, porém, como a CCT do estado tem fim da vigência no dia 01 de maio, pouco menos de um mês após a data do certame, não tendo ainda sido divulgado os % de dissídio, entendemos que quando for liberada o dissídio da nova CCT, será caracterizado fato do príncipe para solicitação de reequilíbrio do contrato, independente do mesmo ter completado os primeiros 12 meses iniciais. **Está correto o nosso entendimento?** Caso contrário, solicitamos a gentileza de esclarecer. . Não conseguiu responder. Pediu pra questionar;

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2023/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:DF000552/2023

DATA DE REGISTRO NO MTE:21/08/2023

NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:MR045925/2023

NÚMERO DO PROCESSO:19964.117849/2023-56

DATA DO PROTOCOLO:18/08/2023

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2023a 30 de abril de 2024 e a data-base da categoria em 01º de maio.

#### **4. Das mudanças de legislação (2)**

A atual legislação, vigente ao tempo do presente processo licitatório, prevê a desoneração da folha de pagamento. Há existência de um impasse a respeito do PL 334/23 que prevê a prorrogação desse benefício por mais 4 (quatro) anos, e que foi recentemente vetado pela Presidência da República, sendo derrubado pelo Congresso Nacional na sua integralidade, restabelecendo a desoneração por meio da [Lei 14.784/23](#).

*“LEI Nº 14.784, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023*

**EMENTA:** *Prorroga até 31 de dezembro de 2027 os prazos de que tratam os arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e o caput do § 21 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e dá outras providências.”*

Porém, existe uma MP que tem o objetivo de reduzir a perda de receita do governo federal, proposta pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que altera algumas regras da desoneração da folha de que trata a nova lei.

Considerando que o Poder Público não deve ser onerado por algo futuro e incerto, ENTENDEMOS que as Licitantes devem precificar seus custos com base nos impostos vigentes no momento do certame e, caso o benefício de desoneração não seja renovado, será caracterizado fato do príncipe para solicitação de reequilíbrio do contrato de acordo com Lei 14.133 Art. 124 Inciso II alínea “d”

**Está correto o nosso entendimento?** Caso contrário, solicitamos a gentileza de esclarecer como deverá ser tratado esse item.

Referências utilizadas na construção da sugestão:

<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/noticias-1/2023/11/desoneracao-da-folha-de-pagamentos-senadores-se-articulam-para-tentar-derrubar-veto>

Desoneração da folha de pagamentos: senadores se articulam para tentar derrubar veto

Senadores se articulam para tentar derrubar, ainda neste ano, o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto (PL 334/2023) que prorrogava por mais quatro anos a desoneração da folha de p...

a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

## 5. Da volumetria

Entendemos que todos os custos das licitantes devem ser baseados nas informações de volumetria, quantidades, localidades definidas no edital e, caso em tempo de implantação ou durante todo o ciclo contratual, venha a ser verificar que esses números estão maiores, essa diferença será tratada em termo de aditivo. **Está correto nosso entendimento? Caso contrário pedimos a gentileza de nos esclarecer.**

Atenciosamente,

**Lanlink Serviços de Informática S.A**

**Gustavo Manoel**

**Gerente de Contas Estratégico**

E-mail: [gustavo.faria@lanlink.com.br](mailto:gustavo.faria@lanlink.com.br) / [adm.licitacao@lanlink.com.br](mailto:adm.licitacao@lanlink.com.br)